

17. DEZ 1967

Jul p. 2

Entendimento difícil

JORNAL DE BRASÍLIA

A Constituinte continua a sofrer atrasos em seus trabalhos em consequência das tendências radicalizantes dos diferentes grupos nela representados. O tão esperado e imprescindível acordo entre as lideranças para agilizar o processo não foi obtido. A cada momento um novo obstáculo aparece e o tempo vai passando sem que os trabalhos sejam mais operativos e eficazes.

O impasse surgiu quando a maioria dos constituintes considerou que a Comissão de Sistematização não era representativa da maior parte dos eleitos. As votações que se seguiram evidenciaram que realmente a maioria não se sentia adequadamente representada na composição daquela importante comissão.

Foram adotadas resoluções pelo plenário, em que este assumia a última palavra na elaboração do texto constitucional. Entretanto, ficou ao mesmo tempo patenteado que só o entendimento poderia dar ao País uma Lei Magna. Fora do entendimento nenhum grupo poderia impor suas posições num plenário em que a maioria é necessária. Para que esta situação fosse constatada não

foi necessário muito esforço. Os diferentes partidos possuem tendências divergentes e mesmo os grupos que se constituíram nos debates do plenário não são homogêneos. Dentro deles as posições são diferentes em torno de questões concretas. Uma delas, porém, ficou clara: havia maioria para transferir ao plenário o poder de decisão que regimentalmente parecia se concentrar na Comissão de Sistematização.

A consciência da necessidade de entendimentos se generalizou. As forças minoritárias passaram então a tentar bloquear as decisões. O risco é grande demais para que se tolere tal comportamento. Os trabalhos da Constituinte se prolongam e a expectativa da opinião pública de uma Carta democrática e que assegure o progresso de nossa sociedade na ordem e na lei parece estar destinada à frustração.

Caso o atraso dos trabalhos constituintes se devesse a grandes debates sobre as questões de fundo, os problemas fundamentais de nossa sociedade estivessem a mobilizar o engenho e o talento dos partidos e dos eleitos, seria aceitável. Afinal, o que se espera é um trabalho sério, que reflita as

diferentes correntes de opinião existentes em nosso País. Entretanto as delongas e as postergações estão se dando em torno de manobras regimentais que não são nem mesmo compreendidas pela maioria da população.

Constatada uma situação em que o entendimento é indispensável para a continuidade dos trabalhos de elaboração da nova Constituição, pode-se dizer que aqueles que obstaculizam o diálogo trabalham contra a consolidação da democracia em nosso País. Não se pode admitir que grupos setários imponham a todo o Brasil uma situação indesejada pela maioria imensa da população. Urge que se chegue a um consenso sobre as questões de fundo que estão a bloquear a elaboração da Constituição e que sejam abandonadas as tentativas de impor posições através de artifícios regimentais quando o consenso não é atingido.

Num Brasil em crise não é admissível que a Constituinte não possa avançar em seus trabalhos por manobras menores. É o próprio futuro da democracia no País que está em causa.